

---

# **NECROCAPITALISMO, COLONIALISMO DE DADOS E O FACEBOOK EM MIANMAR: A REPRESSÃO CONTRA OS ROHINGYA (2012-2018)**

**NECROCAPITALISM, DATA COLONIALISM, AND FACEBOOK IN MYANMAR: THE REPRESSION OF THE ROHINGYA (2012-2018)**

---

DOI: 10.5380/cg.v14i3.98770

**Tadeu Morato Maciel<sup>1</sup>**

**Juliana Zaniboni<sup>2</sup>**

## **Resumo**

Este artigo investiga como a repressão sistemática ao povo Rohingya, com ênfase no período entre 2012 e 2018, pode ser compreendida a partir da interseção entre necrocapitalismo e colonialismo de dados. A pesquisa parte da seguinte pergunta: de que modo a atuação da empresa Meta (Facebook) em Mianmar influenciou a intensificação dos discursos de ódio e da violência étnico-religiosa posteriormente caracterizada como genocídio? O objetivo central é analisar os impactos das plataformas digitais em contextos de violência estrutural, examinando especificamente o papel desempenhado pelo Facebook na amplificação de narrativas persecutórias e na legitimação social da violência contra os Rohingyas. Com base nos conceitos de necrocapitalismo e colonialismo de dados, a hipótese sustentada é que a lógica extractivista de dados operada por grandes plataformas, combinada à ausência de regulação local e à negligência institucional da empresa, contribuiu para a propagação de discursos de ódio, reforçando hierarquias coloniais e desigualdades históricas no país. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental, com ênfase no relatório da Missão Internacional Independente da ONU sobre Mianmar (2018), que denuncia a responsabilidade das redes sociais na crise. Os resultados apontam que a atuação da big tech Meta, ao se inserir em um ambiente marcado por um legado de dominação colonial e tensões étnicas, intensificou mecanismos necropolíticos mediados por infraestruturas digitais. A análise evidencia, assim, como a economia digital global pode operar como vetor de violência em contextos pós-coloniais fragilizados institucionalmente.

**Palavras-Chave:** Mianmar; necrocapitalismo; colonialismo de dados; Rohingya; Facebook.

## **Abstract**

This article investigates how the systematic repression of the Rohingya people—particularly between 2012 and 2018—can be understood through the intersection of necrocapitalism and data colonialism. The research is guided by the following question: in what ways did the actions of the company Meta (Facebook) in Myanmar contribute to the escalation of hate speech and ethno-religious violence later classified as genocide? The central objective is to analyze the impact of digital platforms in contexts of structural violence, with a specific focus on Facebook's role in amplifying persecutory narratives and socially legitimizing violence against the Rohingya population. Based on the concepts of necrocapitalism and data colonialism, the working hypothesis is that the data-extractive logic employed by major platforms, coupled with the lack of local regulation and institutional

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: tadeummacciel@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2591-4557>.

<sup>2</sup> Doutoranda em Estudos Estratégicos da Segurança e Defesa pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e-mail: julianazaniboni@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9695-6661>.

negligence by the company, facilitated the widespread dissemination of hate speech, thereby reinforcing colonial hierarchies and entrenching historical inequalities within the country. Methodologically, the study draws on bibliographic review and document analysis, with particular attention to the 2018 report by the United Nations Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar, which attributes part of the crisis to the influence of social media. The findings indicate that Meta's operations, when embedded within a sociopolitical landscape marked by colonial legacies and ethnic tensions, intensified necropolitical mechanisms mediated by digital infrastructures. This analysis thus highlights how the global digital economy can function as a vector of violence in postcolonial contexts marked by institutional fragility.

**Keywords:** Myanmar; necrocapitalism; data colonialism; Rohingya; Facebook.

\* Artigo recebido em 02 de março de 2025, revisado em 19 de julho de 2025, aprovado em 26 de agosto de 2025.

## 1. INTRODUÇÃO

Mianmar é um país localizado no continente asiático, faz fronteira com cinco países (China, Índia, Bangladesh, Tailândia e Laos) e possui cerca de 135 grupos étnicos dentro de seu território. A maioria budista, que governa o país, possui um longo histórico de negação da existência de grupos étnicos minoritários, sendo emblemática a situação do povo Rohingya. A partir das ondas de violência irrompidas em Mianmar contra a referida população, resultando, entre 2017 e 2018, no maior êxodo de refugiados do mundo contemporâneo, tornou-se mais comum na comunidade internacional a definição desta situação como genocídio (JORNAL USP, 2018).

O contexto geral dessa repressão se dá em meio às aberturas tanto democrática quanto econômica que o país vivenciou a partir de 2011. Houve destaque para as reformas no setor de telecomunicações, que, a partir de uma prática de incentivo ao consumo, permitiu à empresa Meta (Facebook) adentrar no país. Com a adesão de usuários à plataforma, foram identificados discursos de ódio anti-muçulmano e contra os Rohingyas, inflamando questões étnicas/religiosas que o grupo vivenciava antes mesmo da declaração de independência do país (1948). Diante desse cenário, o objetivo da pesquisa é compreender o genocídio dos Rohingyas em Mianmar a partir da perspectiva de exploração econômica e digital.

O recorte temporal se baseia no início das ondas recentes de violência contra os Rohingyas, de 2012 até o início de 2018, resultando na classificação dos atos mais expressivos, ocorridos em 2017, como genocídio pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2019a; 2019b). O argumento é que o genocídio em Mianmar também pode ser explicado através da interação entre as perspectivas analíticas de necrocapitalismo e colonialismo de dados, em consonância com o debate sobre discursos de ódio. Isto porque a lógica de extração massiva de dados implementada por grandes plataformas, aliada à falta de regulamentação local e à omissão institucional da empresa, teria favorecido a disseminação de discursos de ódio e a reatualização de hierarquias coloniais e desigualdades históricas no contexto nacional. Ao longo do trabalho é demonstrado que os Rohingyas são tratados com violência historicamente; contudo, a chegada da empresa Meta exacerba essa situação delicada, por permitir a potencialização dos discursos de ódio. Logo, a violência em Mianmar, culminando no genocídio de 2017, foi ampliada a partir da relação entre exploração econômica e digital no país.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-correlacional, voltada à compreensão do papel das plataformas digitais em contextos de violência sistemática. O objetivo central é analisar em que medida a atuação da empresa Meta (Facebook) contribuiu para a intensificação dos discursos de ódio contra os Rohingyas, em meio a um processo já em curso de repressão e exclusão social em Mianmar. A hipótese inicial não busca estabelecer causalidade entre a atuação da plataforma e o genocídio, mas argumentar, com base na associação dos conceitos de colonialismo de dados e necrocapitalismo, que a presença do Facebook teve papel significativo no agravamento do cenário de violência, especialmente pela intensificação de discursos de ódio

mediados por algoritmos de engajamento e pela ausência de mecanismos de moderação adaptados ao contexto local.

A pesquisa fundamenta-se em uma revisão bibliográfica sistemática e na análise documental de um relatório central: o *Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar* (HRC, 2018), publicado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases *Web of Science* e *Scopus*, com o uso do descritor “Myanmar AND Facebook”. No caso da *Web of Science*, a busca resultou em 22 publicações, refinadas com base nas áreas de *Communication*, *Political Science*, *Sociology*, *International Relations*, *Development Studies* e *Telecommunication*. Na *Scopus*, a mesma combinação resultou em 46 publicações, filtradas pela área de Ciências Sociais. Foram mantidos artigos e livros nos idiomas inglês, espanhol ou português que tivessem foco direto na relação entre redes sociais, discurso de ódio e o caso específico de Mianmar.

Para a coleta de dados, foram utilizadas questões abertas elaboradas com base, especialmente, nos estudos de Samet et al. (2024), Leong (2020), Sablosky (2021), Whitten-Woodring (2020), Lee (2019), Ansar et al. (2024), Young (2023), presentes na *Web of Science*, e Tähtinen (2024), Lora (2023), Banaji et al. (2022), Rio (2021), Davis (2021), presentes no *Scopus*. A análise do material coletado se guiou por três perguntas norteadoras: (1) de que maneira a atuação do Facebook contribuiu para a disseminação de discursos de ódio contra os Rohingyas?; (2) como essa atuação se articula com dinâmicas de extração de dados e interesses corporativos em regiões vulneráveis?; e (3) de que modo a literatura acadêmica tem interpretado a responsabilização da Meta nesse processo? A organização das respostas às perguntas se deu por aproximações temáticas extraídas dos próprios textos, articuladas com os conceitos teóricos de necrocapitalismo e colonialismo de dados.

Os referenciais teóricos – colonialismo digital, colonialismo de dados<sup>3</sup> e necrocapitalismo – se inserem na vertente dos estudos pós-coloniais. Para Couldry e Mejias (2018), o colonialismo digital combinaria práticas predatórias do colonialismo histórico com a infraestrutura informacional. Já o necrocapitalismo, segundo Banerjee (2008), é a interseção entre práticas econômicas e políticas de morte que resultam na vulnerabilização de determinados grupos, expondo-os à subjugação e/ou eliminação. Argumentamos que uma compreensão abrangente desse fenômeno requer a aplicação simultânea de ambas as perspectivas, econômica e digital, uma vez que uma análise isolada seria insuficiente para capturar a complexidade e as inter-relações que caracterizam essa dinâmica.

---

<sup>3</sup> É preciso destacar que “colonialismo digital” e “colonialismo de dados” não são sinônimos. O colonialismo digital é um conceito mais amplo, que se refere à dominação e controle de fluxos econômicos, políticos e culturais por países (e suas *big techs*) que detêm a infraestrutura e a tecnologia digital. O colonialismo de dados é uma vertente ou consequência específica do colonialismo digital, focada na apropriação e exploração massiva dos dados gerados pelos usuários como uma nova forma de extração de riqueza e controle social.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira consta o referencial teórico, ancorado nos conceitos de colonialismo digital e necrocapitalismo. A seção seguinte aborda Mianmar e os Rohingyas, detalhando o histórico e a situação política do país, além da perseguição sistemática contra essa minoria. Nas duas últimas seções, sobre o discurso de ódio e a crise humanitária, o artigo examina o papel das plataformas digitais, como o Facebook, na disseminação de discursos de ódio que agravaram a crise em Mianmar.

## **2. COLONIALISMO DE DADOS E NECROCAPITALISMO COMO REFERENCIAL TEÓRICO-ANALÍTICO**

O colonialismo moderno emergiu juntamente com o capitalismo a partir do século XV e envolvia a exploração de recursos humanos e naturais, gerando um desequilíbrio econômico que limitava o desenvolvimento das colônias, enquanto favorecia as metrópoles (BAIROCH, 1974; LOOMBA, 1998). O uso do trabalho escravo e sistemas como a *plantation* (nas Américas) refletem essa exploração (KILOMBA, 2019). Além disso, o colonialismo moderno impôs uma dominação que ia além do controle físico e político, afetando profundamente as subjetividades das populações colonizadas, moldando suas identidades e percepções de mundo (FANON, 2008).

Embora o colonialismo formal tenha declinado após as independências entre os séculos XIX e XX, certos princípios continuaram a se manifestar de novas formas, adaptadas ao contexto digital e globalizado. O colonialismo de dados, um fenômeno contemporâneo, reflete essa adaptação, o qual, segundo Couldry e Mejias (2018), combinaria as práticas predatórias do colonialismo histórico com a quantificação de métodos computacionais. Assim, uma nova forma de apropriação é criada na qual as pessoas se integram às infraestruturas informacionais, que capturam dados de forma massiva. Ou seja, o colonialismo de dados envolve a exploração dos dados pessoais, comportamentais e culturais das pessoas, transformando esses dados em mercadorias valiosas que alimentam os interesses econômicos e políticos das grandes corporações.

Esse colonialismo de dados baseia-se em *data relations* (relações baseadas em dados), em que as interações humanas se tornaram um recurso passível de extração e são utilizadas pelo capital como forma de acumulação de riqueza. Ou seja, a partir da vida social humana na atualidade, existe uma produção massiva de dados, que são comercializados e revertidos em acumulação de capital. A interação nas redes sociais, a *Alexa* instalada em casa, o *smartwatch* que conta passos, os *streamings*, os eletrodomésticos inteligentes, entre outros exemplos, geram dados capturáveis, armazenáveis e utilizáveis para a elaboração de perfis ou “bolhas de consumo”.

Tanto populações do Norte Global quanto do Sul passaram a ser fontes de informações que alicerçam o capitalismo. Não importam a cultura, religião, a ideologia. Tudo gera dados capturáveis, que são armazenados e utilizados para formatação de perfis. As pessoas passam a considerar a captura de suas informações como algo normal, natural. As relações sociais mudam e tornam-se mecanismos dos modos de extração. (CASSINO, 2021, p. 20).

A partir da compreensão de que as relações humanas se transformaram em recursos exploráveis com a geração de dados, resultando no acúmulo de capital a partir desses dados, Couldry e Mejias (2018) argumentam que uma nova forma de capitalismo pode estar emergindo.

Assim como o colonialismo histórico a longo prazo forneceu as condições essenciais para o surgimento do capitalismo industrial, podemos esperar que, com o tempo, o colonialismo de dados fornecerá as condições para um novo estágio do capitalismo que ainda mal podemos imaginar, mas para o qual a apropriação da vida humana através dos dados será central. (COULDRY; MEJIAS, 2018, p. 2, tradução nossa).

A extração desses dados especialmente por empresas ligadas às ex-metrópoles, países que possuem avançada tecnologia e infraestrutura digital, gera novas facetas para o capitalismo na era digital; exemplo disso são as *big techs* – grandes empresas do ramo da tecnologia – que, em 2024, valiam mais de 12 trilhões de dólares (KOLLI, 2024). Das dez empresas mais valiosas do mundo, somente três (Aramco, Hathaway e Eli Lilly) não atuam nem direta nem indiretamente no ramo da indústria digital<sup>4</sup>. As chamadas *Big Five* (Apple, Amazon, Google [Alphabet], Microsoft e Facebook) somaram 1,4 trilhão em receita em 2021 (ANG, 2022). Em contrapartida, as ex-colônias permanecem alijadas desse processo de desenvolvimento de tecnologia ou infraestrutura digital (se restringindo ao papel de consumidores e/ou mão-de-obra barata).

O colonialismo de dados também tem implicações profundas para a cultura e identidade das populações afetadas. As tecnologias de coleta e análise de dados podem ser usadas para reforçar estereótipos, manipular comportamentos e influenciar decisões políticas e sociais, sem a devida consideração pelas realidades locais. Isso pode resultar na homogeneização cultural, na qual as vozes e as culturas locais são suprimidas em favor de modelos globalizados de consumo e comportamentos "otimizados". A partir disso, argumentamos que em países (neo)colonizados digitalmente ocorre um fenômeno descrito como necrocapitalismo.

O termo necrocapitalismo, cunhado por Banerjee (2008), retoma o conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe, ao defender que algumas práticas capitalistas podem contribuir para a ampla subjugação do indivíduo à morte. Ou seja, o necrocapitalismo combina duas ideias centrais: o capitalismo e o necro (prefixo relacionado à morte e destruição), criando uma noção de um sistema econômico que não apenas explora a vida e o trabalho, mas também se alimenta da morte, da destruição e da marginalização de certas populações. Segundo essa perspectiva:

Situar o imperialismo e os legados do colonialismo entre as formas contemporâneas de capitalismo é central para o desenvolvimento teórico do necrocapitalismo. A violência, a desapropriação e a morte resultantes das práticas de acumulação ocorrem em espaços que parecem imunes à intervenção legal, jurídica e política e onde as transgressões permanentes da soberania parecem mais a regra que a exceção. (BANNERJEE, 2008, p. 1544, tradução nossa).

<sup>4</sup> Segundo a Statista (2024), a receita das *big techs* em 2023 foi: Apple US\$ 2,7 trilhões; Microsoft US\$ 2,3 trilhões; Aramco US\$ 2,0 trilhões; Google (Alphabet) US\$ 1,3 trilhões; Amazon US\$ 1,0 trilhão; Nvidia US\$ 708 bilhões; Meta (Facebook) US\$ 599 bilhões; Tesla US\$ 539 bilhões; Louis Vuitton US\$ 482 bilhões; Visa US\$ 477 bilhões.

O autor também chama a atenção para a invisibilidade de determinados grupos sociais em nome do “desenvolvimento”, a partir de moldes neoliberais. O necrocapitalismo não apenas explora os corpos e as vidas das pessoas, mas também se alimenta da sua morte ou da possibilidade de morte. Em muitas situações, a vida humana é subvalorizada, enquanto a morte, o sofrimento e a violência são condições para o funcionamento do sistema econômico. Isso é evidente em contextos de guerra, colonização, racismo estrutural e em formas de exploração extrema do trabalho. Exemplos disso incluem a obtenção de lucros pelas indústrias bélicas e a exploração de desastres humanitários, crises migratórias ou epidemias e pandemias. Um caso notável é a privatização da água na África do Sul, incentivada por organismos financeiros internacionais e empresas multinacionais, que resultou na exclusão de populações vulneráveis do acesso a serviços básicos (McKinley, 2005).

A interseção entre colonialismo digital e necrocapitalismo permite compreender como tecnologias de informação e comunicação são apropriadas por grandes corporações com fins de extração massiva de dados em territórios política e economicamente vulneráveis. Nesses contextos, a coleta e o uso de dados pessoais ocorrem sem consentimento adequado e frequentemente sem qualquer regulação, convertendo populações inteiras em fontes de valor mercadológico. Esse processo contribui para aprofundar desigualdades e pode alimentar estruturas de violência sistêmica.

No caso de Mianmar, argumenta-se que a coleta indiscriminada de dados e a ausência de moderação culturalmente localizada por parte do Facebook contribuíram para consolidar um ambiente informacional propício à desumanização dos Rohingyas. A extração de dados e a viralização de discursos de ódio, mediados por algoritmos orientados à maximização de engajamento, criaram um ecossistema digital que reforçou visões estigmatizantes e legitimou a violência. Trata-se de um exemplo de como a economia digital pode atuar como vetor de necropolítica.

### **3. CONTEXTO HISTÓRICO: MIANMAR E OS ROHINGYAS**

Mianmar, anteriormente conhecida como Birmânia, é localizada no sul da Ásia continental, fazendo fronteira com a China, Laos, Tailândia, Bangladesh e Índia. Além disso, o país possui uma pluralidade étnica bem diversa, tendo cerca de 54 milhões de pessoas (BANCO MUNDIAL, 2023) em seu território, com o reconhecimento de 135 grupos étnicos. As principais etnias nacionais são Kachin, Karen, Chin, Mon, Rahkine, Shan e Bamar, sendo que esta última representa 70% da população. As religiões do país são: budismo (a mais praticada), cristianismo, islamismo, hinduísmo, judaísmo e animismo (EMBASSY OF MYANMAR, 2018).

Os Rohingyas são predominantemente muçulmanos e residem em Arakan, também chamado de estado Rakhine, no oeste de Mianmar. Essa população é descendente de diversos grupos que migraram para a região ao longo dos séculos. Entre meados do século XIX até 1948, houve uma

maior mobilidade de pessoas entre as colônias britânicas da Índia e Birmânia, o que resultou na presença de uma população muçulmana significativa na área de Rakhine. A maior parte dessa migração foi de trabalhadores bengalis, o que, posteriormente, seria utilizado para argumentar que os Rohingyas seriam "estrangeiros" na região (ALAM, 2019).

O povo Rohingya possui uma longa história em sua luta pelo reconhecimento de cidadania em Mianmar. Em 1947, quando o país ainda era uma colônia britânica e se chamava Birmânia, foi assinado o acordo Panglong<sup>5</sup>, que reconheceu a autonomia de minorias étnicas no país. No ano seguinte, o país ficou independente, foi nomeado de Mianmar e promulgou-se a Lei da Cidadania da União, a princípio restringindo-a a pessoas com pelo menos duas gerações que tenham estado no território ou nascidas ali. Esse pode ser considerado o início de uma luta que permeia gerações.

Hoje, é legalmente permitido privar os Rohingyas de seus direitos civis, políticos e econômicos. As certidões de nascimento não são mais emitidas para crianças Rohingyas. Eles são impedidos de liberdade de movimento, educação estatal e empregos no serviço público. Eles não têm posição no tribunal, direitos apropriados ou acesso a cuidados de saúde e educação, oportunidades de subsistência e o direito de casar e ter filhos. (GONSALVES; PATHAK, 2022, p. 75, tradução nossa).

A construção do nacionalismo birmanês com ênfase budista, renegando grupos de outras religiões, possui razões históricas associadas à colonização britânica, não se direcionando somente ao povo Rohingya. Por exemplo, o povo Karen sofria repressões dos reis birmaneses, mas com a chegada dos britânicos e auxílio em batalhas, eles começaram a ser incorporados na administração do Estado. No caso dos Rohingyas, apesar de viverem na região por gerações, essa população não é reconhecida como detentora de direitos básicos, além de ser frequentemente tratada como imigrantes ilegais (GONSALVES; PATHAK, 2022).

Destaca-se que os Rohingyas estão localizados nas extremidades do território, prioritariamente dependentes da pesca e da agricultura, em distinção a outras partes do país com forte presença de recursos minerais, contribuindo para a pobreza latente relacionada a esse povo.

O estado de Rakhine tem uma taxa de pobreza de quase o dobro da média nacional. Todas as comunidades em Rakhine sofrem com serviços sociais precários e escassez de oportunidades de subsistência. Os dois maiores grupos do estado são os budistas de Rakhine e os muçulmanos Rohingya; o primeiro constitui a maioria; o último, a maioria no Norte. Existem várias outras minorias étnicas, incluindo os muçulmanos Kaman. Os problemas no estado de Rakhine são frequentemente atribuídos às más relações entre os Rakhine, reflexo de queixas e preconceitos profundamente enraizados. (HRC, 2018, p. 5, tradução nossa).

A presença dos militares na política é um elemento importante nessa dinâmica. O exército de Mianmar, conhecido como Tatmadaw, tem sido uma força dominante desde a independência em 1948. Mesmo após a transição para um governo civil em 2011, o exército manteve grande influência política e econômica, e seu papel na repressão aos Rohingyas reflete uma dinâmica de controle

<sup>5</sup> O Acordo de Panglong, assinado em 12 de fevereiro de 1947, envolveu líderes birmaneses, incluindo Aung San, mentor da independência, e representantes das principais minorias étnicas. O objetivo era estabelecer um entendimento sobre a administração futura do país, cidadania e representação política.

militar sobre questões de segurança e identidade nacional. Diante de sua alta influência política, em 2008 foi firmada, por exemplo, a lei que garantia o direito dos militares de possuírem 25% das cadeiras no Parlamento. Nesse cenário, eles são acusados de serem um dos principais fomentadores das crises violentas contra o povo Rohingya (ALAM, 2019).

Dessa forma, ao longo da história de Mianmar os Rohingyas foram sendo percebidos como o “inimigo” a ser gerido, causando a tentativa do apagamento de sua existência, a partir da negação a serviços básicos, cidadania e violência. Nesse contexto, há a valorização da etnia e religião budista e da ala militar do país, que inflamam um discurso de ódio em relação a grupos minoritários, a partir de cálculos políticos e sociais. Isso significa que a ideia do “inimigo interno” pode ser benéfica para alguns braços do governo, que reforçam determinados estereótipos e posturas violentas.

As ondas de violência mais recentes contra os Rohingyas se iniciaram entre junho e outubro de 2012. Em 28 de maio de 2012, uma mulher budista, chamada Ma Thida Htwe, de 27 anos, foi morta no sul do estado de Rakhine. Alguns dias depois, em 3 de junho, o mesmo caso foi reportado não somente como assassinato, mas também como estupro. O relatório da ONU sobre Mianmar (HRC, 2018, p. 147) observa que, após a acusação de estupro contra três homens identificados como muçulmanos, a divulgação de suas origens étnicas foi utilizada como justificativa para incitar violência contra os Rohingyas. Ainda que o assassinato fosse real, as alegações de estupro — que desencadearam episódios subsequentes de violência — foram desmentidas posteriormente. O relatório alerta que esse padrão se repetiu em outras situações, evidenciando como a manipulação de narrativas contribuiu para a intensificação do ódio étnico-religioso.

Outros episódios de violência irromperam pelo país:

De 22 a 25 de outubro de 2012, os étnicos Rakhine atacaram Rohingya e Kaman em Kyaukpyu, destruindo mesquitas, incendiando casas e saqueando propriedades. (...) O relatório da Comissão de Inquérito de Rakhine afirmou que a violência resultou em 11 mortes, 42 feridos (afetando tanto os étnicos Rakhine quanto os Rohingya) e a destruição de 860 casas Rohingya. Contudo, acredita-se que o número de vítimas seja muito maior. (HRC, 2018, p. 153, tradução nossa).

A partir desses episódios em 2012, os Rohingyas tornaram-se alvo de erupções ainda mais violentas. Além da participação ativa nos atentados contra o grupo étnico, junto com a população local, os militares se recusavam a ajudar os muçulmanos que buscavam proteção (HRC, 2018). A ausência de proteção institucional aos Rohingyas favoreceu a perpetração de limpeza étnica, sobretudo nos anos de 2016 e 2017, levando mais de 600 mil pessoas a buscar refúgio em Bangladesh. Nesse período, homens foram perseguidos e assassinados, enquanto mulheres e crianças enfrentaram violações extremas, como estupros e torturas (BANAJI; BHAT, 2022, p. 41).

Após anos de repressão, em outubro de 2016 o grupo de resistência *Arakan Rohingya Salvation Army* (ARSA) matou nove policiais em um ataque a postos de fronteira. As Forças Armadas responderam com diversas ações violentas, chamando-as de “operações de limpeza” (MEIXLER, 2018). Quase um ano depois, em agosto de 2017, a ARSA lançou ataques coordenados contra 30

postos avançados das forças de segurança no Norte de Rakhine, sendo retaliados pelos militares do país desproporcionalmente.

Após os ataques de militantes contra policiais de fronteira em Rakhine em outubro de 2016 e posteriormente em 25 de agosto de 2017, os militares conduziram operações de limpeza que resultaram na fuga de mais de 700.000 refugiados Rohingya para Bangladesh, mais de 1.000 mortos, incluindo militantes e outros civis não-muçulmanos e cerca de 40.000 pessoas deslocadas internamente. Médicos Sem Fronteiras (MSF) informou que mais de 6.700 Rohingyas foram mortos na primeira semana de violência em Rakhine em agosto de 2017 com base em uma pesquisa com 2.300 famílias refugiadas em Bangladesh. Destes 69% foram mortos por ferimentos de bala, 9% foram queimados vivos e 5% foram mortos por espancamentos fatais. A organização humanitária também denunciou relatos de estupro cometidos por soldados de Mianmar contra algumas mulheres e meninas Rohingyas com menos de 18 anos de idade (incluindo meninas de 9 anos). (MORADA, 2020, p. 66-67, tradução nossa).

Esse contexto ilustra a complexidade histórica, étnica, cultural e social de Mianmar. Antes dessa crise humanitária, já existiam conflitos entre seus grupos étnicos. Todavia, a repressão dos Rohingyas a partir de 2016 foi tão brutal que gerou condenação global, com a ONU e organizações de direitos humanos, como *Human Rights Watch* e Anistia Internacional, classificando as ações do exército de Mianmar como crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Em 2019, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) ordenou que Mianmar tomasse medidas para proteger os Rohingyas de genocídio, mas o país tenha se mostrado resistente a cumprir as ordens.

Tendo em vista esse cenário, na próxima seção é analisado o processo de abertura econômica no país, a partir de 2011, e como ela interage com as perspectivas de necrocapitalismo e colonização de dados. Nessa dinâmica, se faz presente o papel do Facebook como plataforma de disseminação de discurso de ódio contra os Rohingyas, potencializando a crise humanitária.

#### **4. ABERTURA ECONÔMICA E O PODER DE AÇÃO DAS BIG TECHS**

Em 2011, Mianmar iniciou sua transição democrática, um movimento que foi acompanhado por uma série de reformas políticas e econômicas que buscavam integrar o país ao sistema capitalista global e atender às demandas de uma agenda neoliberal. Embora o processo de abertura tenha sido celebrado como um avanço em direção à democracia, é importante destacar que as reformas econômicas implementadas, como a liberalização do mercado e a atração de investimentos estrangeiros, também refletiram a imposição de modelos de consumo que priorizavam os interesses do capital transnacional, como ocorreu no setor de telecomunicações.

A ‘Lei de Telecomunicações’ de Mianmar, como era conhecida, ajudou a abrir as portas para investimentos estrangeiros pouco regulamentados em telecomunicações. (...) Duas novas licenças privadas de telecomunicações foram concedidas à Telenor (da Noruega) e à Oredoo (do Catar). À medida que essas empresas avançavam com a infraestrutura em Mianmar, a penetração móvel aumentava, e os custos do

hardware móvel diminuíam, com os cartões SIM se tornando mais acessíveis para os consumidores. (DEEJAY et al., 2023, p. 7, tradução nossa).

Entre 2011 e 2019, Mianmar registrou um crescimento exponencial na conectividade digital, passando de uma taxa de penetração de internet inferior a 1% para cerca de 39% (RIO, 2021). Esse avanço foi acompanhado por parcerias comerciais que facilitaram a entrada do Facebook, aplicativo que passou a vir pré-instalado na maioria dos *smartphones* vendidos no país, impulsionando seu uso como principal fonte de informação e interação virtual. Apesar de a iniciativa ter apelo humanitário, com justificativa de conectividade global e união digital, tornava-se explícito, segundo Deejay et. al. (2023), que a parceria se devia à lógica expansionista com foco na coleta de dados.

Por detrás do discurso de levar ‘desenvolvimento e conectividade global digital’ para países do Sul Global, existe uma prática discursiva de viés neocolonial. Em analogia ao colonialismo histórico moderno europeu, no colonialismo de dados existe a ideia do fardo do *nerd* branco, ou seja, uma abstração de que o homem branco especializado em tecnologia deve ensinar e dar conhecimento digital para os países e populações menos desenvolvidos, incorporando uma espécie de missão civilizatória no século XXI.

Ao pensar sobre como, no decorrer dos séculos, foram renovadas as perspectivas maniqueístas e racistas para justificar a necessidade de “salvação” de certas populações, Grosfoguel (2006, p. 47) afirma que: “Passamos da caracterização de ‘povos sem escrita’ (pictografia) do século XVI, para a dos ‘povos sem civilização’ até o século XIX, depois para ‘povos sem desenvolvimento’ do século XX e, mais recentemente, ‘povos sem democracia’ do século XXI”. Nesse cenário do século XXI tem ganhado força a busca por gerir populações a partir da perspectiva de colonialismo de dados.

Essa dinâmica é baseada na ideologia californiana, conforme explorada por Barbrook e Cameron (2018), a qual seria uma espécie de nova fé criada entre a fusão da boemia cultural de São Francisco e as indústrias de tecnologia do Vale do Silício. Promovida pela mídia e pela literatura *cyberpunk*, a ideia combinaria o espírito dos *hippies*, na busca de paz e harmonia mundial e o empreendedorismo dos *yuppies*, jovens executivos que mesclariam o dinamismo com a ambição nos negócios. O foco principal é que as tecnologias digitais teriam um potencial emancipador, baseado num otimismo fervoroso com princípios neoliberais em destaque.

A ideologia californiana, que promove a ideia de que a tecnologia inequivocamente democratiza o acesso e reduz desigualdades, na realidade também perpetua contradições como o racismo, a pobreza e a degradação ambiental. Para acessar o mundo digital, é necessário adquirir *hardwares* e *softwares* caros, criando uma divisão entre os que podem e os que não podem pagar. Isso reproduz as desigualdades sociais, pois o acesso desigual à tecnologia reflete as divisões raciais e econômicas existentes, além de estar ligado a práticas exploratórias que afetam tanto a população marginalizada quanto o meio ambiente. Assim, a promessa de inclusão digital muitas vezes mascara as persistentes desigualdades estruturais.

Dessa forma, é possível denunciar a ideia do fardo do homem branco dentro da ideologia californiana, que muitas vezes se manifesta como uma narrativa de "salvamento" ou de

"responsabilidade" por parte dos indivíduos brancos, em especial daqueles inseridos no contexto das grandes corporações de tecnologia. Faustino e Lippold (2023, p. 168) criticam a ideologia californiana que embasa a atuação de empresas de tecnologia no Sul Global. Segundo os autores, trata-se de uma "missão civilizatória" reconfigurada, na qual o "nerd branco" assume o papel de salvador digital, promovendo conectividade sob o pretexto de filantropia, mas com interesses mercadológicos e geopolíticos evidentes.

A partir dessa ideia, podemos entender como países do Sul Global, tais como Mianmar, precisam lidar com as contradições das *big techs* promovendo a conectividade digital em prol de um "desenvolvimento" supostamente equitativo. Fornecer internet e facilitar o acesso ao mundo digital não é benevolência, mas sim a abertura de mais um mercado a ser explorado, juntamente com as pessoas mais vulnerabilizadas daquela sociedade. Outro ponto relevante é que essa prática ocorre devido ao processo socioeconômico baseado na coleta de dados generalizada.

O nome da prática das operadoras de telefonia móvel de oferecerem acesso a aplicativos previamente instalados sem custos adicionais, como é o caso do Facebook em Mianmar, é *zero-ratings*, ou acesso patrocinado. Como os cidadãos têm contato e incentivo diretos ao usar o Facebook, o aplicativo gera uma concentração no fluxo de dados. A principal problemática da prática *zero-ratings*, além da concentração de dados, é a retirada da autonomia de escolha e impossibilidade de checar informações, pois nesse processo o Facebook se torna um ambiente de ampla utilidade, mobilizado até para o cidadão se informar (FERREIRA, 2021). É dentro desse contexto que a plataforma passa a ser vista como sinônimo de internet (RIO, 2021) ou, mais especificamente, como informação, ou seja, seus usuários passam a se informar e confiar nas notícias advindas da plataforma (LEONG, 2020; WHITTEN-WOODRING, 2020).

Como demonstrado anteriormente, Mianmar já passava por questões humanitárias relacionadas à repressão histórica contra grupos minoritários. Contudo, a prática de *zero-ratings*, propiciada pela abertura de mercado a partir de 2011, fez com que o conflito alcançasse novas roupagens, tendo em vista o maior alcance e rapidez de circulação dos discursos de ódio, culminando na classificação da violência perpetrada contra os Rohingyas como genocídio (ONU, 2019a; 2019b).

## 5. DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK E A CRISE HUMANITÁRIA EM MIANMAR

A partir do aumento da conectividade e ampla adesão ao Facebook foi percebida a proliferação de discurso de ódio anti-muçulmano, direcionado aos Rohingyas. Por exemplo, cabe destacar a investigação da Reuters, que identificou mais de 1.000 exemplos de discurso de ódio anti-muçulmano no Facebook, incluindo chamados para o extermínio do povo Rohingya, rotulando-os como "não-humanos" (STECKLOW, 2018). Esse processo reflete dinâmicas de colonialismo de dados, em que a extração e circulação de informações operam sem responsabilidade local, e de

necrocapitalismo, ao permitir que infraestruturas digitais sejam mobilizadas para intensificar a violência contra populações historicamente marginalizadas.

É importante notar que:

A discriminação contra os muçulmanos é histórica em Mianmar: não são considerados uma etnia nacional do país, sendo uma das maiores populações de apátridas do mundo, com cerca de 600 mil birmaneses Rohingya. Contudo, a partir de 2017, os níveis de violência contra essa população aumentaram significativamente. (FRANCISCO; FLORIO, 2024, p. 211).

Há questões étnicas históricas em Mianmar, mas devido à ampla adesão e ausência de controles efetivos pelo Facebook, essas contradições sociais foram amplamente transportadas e potencializadas no âmbito virtual, acarretando o crescimento de discursos de ódio contra os Rohingyas. Diante de uma série de erupções violentas, o Conselho dos Direitos Humanos da ONU solicitou um relatório sobre a situação. O documento analisou a violência massiva no país de 2012 até o início de 2018, e evidenciou uma série de abusos, incluindo a prática de genocídio contra a minoria Rohingya no estado de Rakhine. O relatório da ONU (HRC, 2018) descreve cenas devastadoras do êxodo forçado dos Rohingyas, incluindo imagens de satélite que evidenciam vilarejos inteiros destruídos. Em diversos pontos do estado de Rakhine, os traços da presença Rohingya foram sistematicamente eliminados, consolidando a narrativa oficial de que esse grupo sequer teria existido em Mianmar. As chamadas “operações de limpeza” atingiram seu objetivo de apagar física e simbolicamente essa população.

Conforme o supracitado relatório (HRC, 2018), durante o auge da crise em 2017 as autoridades militares, grupos extremistas e outros atores sociais usaram o Facebook para propagar desinformação, estereótipos negativos e discursos de ódio, frequentemente associando os Rohingyas ao terrorismo e justificando as ações violentas contra eles. A retórica antimuçulmana se espalhou rapidamente, alimentando uma narrativa que desumanizava os Rohingyas e contribuía para a criação de um ambiente que legitimava a violência. O relatório da Missão Internacional Independente (HRC, 2018, p. 166) revela que a opinião pública em Mianmar foi moldada por uma campanha sistemática de ódio que desumanizou os Rohingyas e os retratou como uma ameaça existencial à nação e ao budismo. Essa campanha foi impulsionada por políticos, monges e figuras públicas, e encontrou nas redes sociais, especialmente no Facebook, um canal potente para sua disseminação, resultando em episódios de violência em 2012, 2013, 2016 e 2017.

O Facebook foi criticado por não ter tomado medidas eficazes para impedir a disseminação de conteúdo nocivo em sua plataforma, apesar de alertas sobre o uso indevido de suas ferramentas já terem sido feitos por organizações de direitos humanos. Embora a rede social tenha se comprometido a melhorar o monitoramento e a remoção de conteúdo relacionado a discursos de ódio, o impacto da sua negligência foi profundo. Em resposta ao relatório da ONU de 2018, o Facebook encomendou um estudo próprio, a partir do qual reconheceu que a plataforma havia se

tornado “um meio para aqueles que querem espalhar o ódio e causar danos”, admitindo que poderia ter feito mais para evitar que fosse usado para incitar a violência (FOLHA S. PAULO, 2018, s.p).

Segundo o relatório encomendado pelo Facebook, feito pela organização *Business for Social Responsibility* (BSR), que tem sede em San Francisco (EUA), a partir de 2013 o crescimento do acesso à internet em Mianmar fez com que o Facebook se tornasse onipresente no país, a ponto de quase todos os internautas possuírem uma conta na plataforma. Ao indicar que “para a maioria dos 20 milhões de cidadãos de Mianmar conectados, o Facebook é a internet”, o estudo classificou a população daquele país como “analfabeto digital”, que teria dificuldade para diferenciar notícias verdadeiras de falsas (FOLHA S. PAULO, 2018, s.p).

Apesar da consideração da própria empresa de que a falta de monitoramento permitiu que discursos de ódio fossem disseminados no Facebook, potencializando a violência contra a população Rohingyas, pesquisadores como Samet et al. (2024), Leong (2020), Lee (2019) e Ansar et el. (2024) contrapõem-se a essa visão, argumentando que haveria uma posição neutra da plataforma em relação ao ocorrido. Além disso, apresentam o histórico étnico conturbado do país como fator central, argumentando que outras ferramentas teriam sido instrumentalizadas em prol da disseminação dos discursos de ódio.

O princípio de neutralidade é relevante para o referido argumento, pois retira qualquer responsabilidade por parte da plataforma, afirmando que a empresa disponibiliza o produto e não possui qualquer relação com seus usuários. Ademais, culpabilizam seus clientes, declarando que não houve letramento digital, por exemplo. Logo, os discursos de ódio e, posteriormente, as ondas de violência não possuiriam quaisquer relações de responsabilização para o Facebook.

Um fato que, em parte, contradizia essa narrativa era a falta de moderadores que falassem o idioma local para tentar, no mínimo, retardar a disseminação das postagens.

O Facebook contratou seu primeiro moderador para conteúdo em língua birmanesa em 2013, um ano depois que as preocupações com o uso indevido da plataforma chegaram à mídia dos EUA. [...] Apesar do aumento da violência no mundo real após os ataques de outubro de 2016 e agosto de 2017 no estado de Rakhine, a empresa tinha apenas “dezenas” de revisores moderando o conteúdo birmanês quando Mark Zuckerberg foi chamado para testemunhar no congresso dos EUA em abril de 2018. (RIO, 2021, p. 201, tradução nossa).

No relatório do Conselho dos Direitos Humanos (HRC, 2018) havia uma explícita preocupação sobre como a plataforma estava lidando com os grupos extremistas que disseminavam esses discursos de ódio. Apesar das ondas de violência e preocupação internacional com o caso, a plataforma somente começou a tomar medidas restritivas a partir de 2018, com a suspensão permanente de usuários budistas ultranacionalistas. Diante da limitação das respostas por parte da empresa, em 2021 refugiados do povo Rohingya entraram com um processo contra o Facebook no valor de 150 de bilhões de dólares. “A queixa, apresentada em um tribunal na Califórnia, Estados Unidos, diz que os algoritmos promovem a desinformação e o discurso extremo que se traduzem em violência no mundo real” (VEJA, 2021, s.p).

O caso analisado ajuda na compreensão do potencial impacto que uma empresa de tecnologia pode ter na vida de pessoas historicamente vulnerabilizadas. Todavia, destacamos que a maior utilização dessa plataforma foi possível a partir de determinada conjuntura sistêmica de abertura econômica do país. Embora o argumento de desenvolvimento social amplo justificasse a necessidade de aplicação de medidas neoliberalizantes, inclusive no setor de telecomunicações, o fato é que determinados grupos, como os Rohingya, enfrentaram um maior adensamento da sua vulnerabilidade social, lidando, inclusive, com um cenário de ampla produção de morte. Dessa forma, entende-se que Mianmar demonstra os efeitos da relação entre necrocapitalismo e colonialismo digital, em um processo no qual as relações sociais se tornam um ativo para produção e acúmulo de capital, justificando a atuação de *big techs* ao disponibilizar tecnologia a países mais pobres.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas variáveis históricas complexificam a vivência do povo Rohingya em Mianmar, as quais precedem a abertura econômica do país em 2011. Todavia, com a introdução de plataformas como o Facebook, esse grupo étnico minoritário tornou-se um alvo mais vulnerável devido à disseminação de discursos de ódio. A relação entre o Facebook e o genocídio da população Rohingya foi marcada pela radicalização de atitudes contra a minoria muçulmana, alimentando a violência genocida que devastou comunidades inteiras em Mianmar. Mesmo alertado por órgãos internacionais e ciente das situações de violência, o Facebook manteve-se bastante inerte quanto aos discursos de ódio na plataforma, enquanto a extração de dados continuou ativa e lucrativa.

A comercialização da vida humana pela produção de dados e o acúmulo de capital, somados à política de morte exercida contra os Rohingyas há anos, constituíram os ingredientes necessários para a catástrofe que resultou em um amplo genocídio. Em relação ao Facebook, é notável que uma empresa com vasta capacidade de extração de dados e modelagem de consumo não tenha se responsabilizadoativamente pelas ações ocorridas entre 2012 e 2018. Durante esse período, houve um aumento evidente nas redes sociais dos discursos de ódio direcionados a grupos minoritários. Alegar que a empresa não dispunha de moderadores proficientes na língua local ou que desconhecia a gravidade da situação é, além de um desrespeito às vítimas dos ataques, uma confirmação de que essas pessoas são vistas meramente como mercadorias ou descartáveis. Essa postura revela a perpetuação de um ideal predatório e (neo)colonial, no qual o valor reside nos dados dos usuários, e não nas suas vidas.

Fanon (2005) argumenta que, quando a libertação da metrópole não é plenamente realizada, ou seja, quando a mente da sociedade colonizada não é transformada, é provável que a estrutura colonial persista, mesmo após o fim formal da colonização. Ao argumentar que o colonialismo desumanizava os povos colonizados, transformando-os em objetos de exploração, Fanon destacava

a importância do processo de subjetivação. O “colonialismo psicológico” que ele abordava, no qual os colonizados eram forçados a adotar a visão de mundo dos colonizadores, tem um paralelo no domínio digital.

A imposição de tecnologias, plataformas e algoritmos desenvolvidos sem uma consideração crítica das culturas e contextos locais pode ser vista como uma forma de (neo)colonização cultural e mental, onde as populações marginalizadas são pressionadas a adaptar suas identidades e comportamentos às normas de empresas e sistemas tecnológicos que operam segundo lógicas capitalistas e ocidentais. Nesse processo, essas populações, muitas vezes, têm suas informações coletadas e usadas sem seu pleno consentimento, o que as torna objeto de exploração sem benefícios diretos. Dessa forma, países como Mianmar permanecem dentro de uma lógica neocolonial, com a dimensão digital ocupando um lugar cada vez mais central nesse processo.

Nesse contexto, o colonialismo de dados e o necrocapitalismo estão articulados, perpetuando práticas (neo)coloniais que unem necroeconomia e necropolítica, com o objetivo incessante de maximizar lucros a qualquer custo, mesmo que isso implique omissão diante de discursos de ódio e crises humanitárias subsequentes. Em um cenário no qual ganha destaque a desregulação das interações na internet com o novo governo Trump (2025-), por exemplo, é essencial reconhecer o papel econômico e social que as *big techs* já desempenham em nossa sociedade e, com isso, exigir a responsabilização de suas ações que atentem contra a humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ALAM, J. The current Rohingya crisis in Myanmar in historical perspective. **Journal of Muslim minority affairs**, v. 39, n. 1, p. 1–25, 2019.
- ANG, C. **Visual Capitalist**: How do big tech Giants make their billions?, 2022. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/how-big-tech-makes-their-billions-2022/>; Acesso em: 05 jun. 2024.
- ANSAR, A et al. Digital Diaspora Activism at the Margins: Unfolding Rohingya diáspora interactions on facebook (2017-2022). **Social Media + Society**, 10(1), pp. 1-16, 2024.
- BAIROCH, P. Geographical Structure and Trade Balance of European Foreign Trade. **Joumal of European Economic History**, v. 3, pp. 557-608, 1974.
- BANAJI, S et al. **Social media and hate**. Londres, England: Routledge, 2022.
- BANCO MUNDIAL. **População de Mianmar** - 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=MM>; Acesso em: 08 jun. 2024.
- BANERJEE, S. Necrocapitalism. **Organization Studies**, v. 29, n. 12, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840607096386>; Acesso em: 15 dez. 2024.
- BARBROOK, R.; CAMERON, A. **A ideologia californiana**: uma crítica ao livre mercado nascido no vale do Silício. União da Vitória: Monstro dos Mares, Porto Alegre: BaixaCultura, 2018.

CASSINO, J. O sul global e os desafios pós-coloniais na era digital. In: CASSINO, J. et al. (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

COULDREY, N.; MEJIAS, A. Data colonialism: Rethinking bid data's relations to the contemporary subject. **Television & New Media**, 20(4), pp. 1-14, 2018.

DAVIS, A. Hate Speech in Myanmar: The Perfect Storm In: JAYAKUMAR, S., ANG, B., ANWAR, N. **Disinformation and Fake News**. Singapura: Palgrave Macmillan, 2021.

DEEJAY, AL. Et al. Bad adopters or bad proponents of technology? Facebook and the violence Against Muslims in Myanmar. **Third World Quarterly**, 45(8), p. 1309–1324, 2023.

EMBASSY OF MYANMAR. **General Information of Myanmar**, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://myanmarbsb.org/>; site/general-information/; Acesso em: 8 ago. 2023.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boi Tempo, 2023.

FERREIRA, S. R. DA S. O que é (ou o que estamos chamando de) ‘Colonialismo de Dados’? **PAULUS Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 5, n. 10, 2021. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/458>; Acesso em: 02 nov. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. Facebook reconhece que falhou em impedir violência contra Rohingya, **Folha de S. Paulo**, 8 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/facebook-reconhece-que-falhou-em-impedir-violencia-contra-Rohingya.shtml>; Acesso em: 20 fev. 2025.

FRANCISCO, Y. M.; FLORIO, B. P. Religião, Raça e Nacionalismo em Mianmar: o Caso das Mulheres Rohingya. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, 12(24), p. 196–223, 2024.

GONSALVES, T; PATHAK, A. The Rohingya Crisis: A Long Road Ahead. In: Mukhopadhyay, U. **Internal Migration Within South Asia**: Contemporary Issues and Challenges. India: Springer, 2022.

GROSFOGUEL, Ramón. Les implications des altérités épistémiques dans la redéfinition du capitalisme global. Transmodernité, pensée frontalière et colonialité globale. **Multitudes**, v. 26, p. 51-74, 2006.

HRC [HUMAN RIGHTS COUNCIL]. **Report of the independent international fact-finding mission on Myanmar**, 2018. Disponível em: [https://digitallibrary.un.org/record/1643079/files/A\\_HRC\\_39\\_CRP-2-EN.pdf?ln=en](https://digitallibrary.un.org/record/1643079/files/A_HRC_39_CRP-2-EN.pdf?ln=en); Acesso em: 08 ago. 2023.

JORNAL DA USP. Genocídio Rohingya gerou maior êxodo do mundo contemporâneo. **Jornal da USP**, 14 set. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/genocidio-Rohingya-gerou-maior-exodo-do-mundo-contemporaneo/>; Acesso em: 05 jan. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOLLI, P. **Altona Mirror**: Tech companies are Worth trillions: Are they too big?, 2024. Disponível em: <<https://www.altoonamirror.com/news/2024/05/tech-companies-are-worth-trillions-are-they-too-big/#:~:text=The%20top%20five%20American%20technology,%2412%20trillion%20in%20market%20capitalization>>; Acesso em: 05 jun. 2024.

LEE, R. Extreme speech in Myanmar: The role of state media in the Rohingya forced migration crisis. **International Journal of Communication**, v.13, pp. 3203-3224, 2019.

LEONG, L. Domesticating algorithms: An exploratory study of Facebook users in Myanmar. **The Information Society**, 36(2), p. 97-108, 2020.

LOOMBIA, A. **Colonialism/Potcolonialism**. Londres: Routledge, 1998.

LORA, L. Limitations and scope of the responsibility of internet service provider companies. Meta and incitement to genocide of Rohingya case. **Cuadernos de Derecho Transnacional**, v. 15, n.2, pp. 141-166, 2023.

MCKINLEY, D. **Reclaiming Public Water**: The struggle Against water privatisation in South Africa, 2005. Disponível em: <https://www.tni.org/files/watersafrica.pdf>; Acesso em: 05 jun. 2024.

MEIXLER, Eli. Rohingya refugees ‘stand on the precipice of more tragedy’ one year after brutal crackdown’, **Time**, 2018. Disponível em: <https://time.com/5374143/myanmar-Rohingya-august-25-crackdown/>; Acesso em: 11 ago. 2023.

MORADA, N. Continuing violence and atrocities in Rakhine since 2017: Beyond the outrage, failures of the international community. **Global Responsibility to Protect**, v. 12, n. 1, p. 64–85, 2020

ONU [Organização das Nações Unidas]. **Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar**, 2019a. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/myanmar-ffm/index>; Acesso em: 08 ago. 2023.

ONU [Organização das Nações Unidas]. Rohingyas ameaçados de perseguição e genocídio em Myanmar. **ONU News**, 16 Setembro 2019b. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/09/1687022>; Acesso em: 02 jan. 2025.

RIO, V. Myanmar: the role of social media in fomenting violence In: SCHIRCH, L. **Social media impacts on conflict and democracy**: The techtonic shift. New York: Routledge, 2021.

SAMET, O. Facebook Usage and Outgroup Intolerance in Myanmar. **Political Communication**, 41(6), p. 944-964, 2024.

SABLOSKY, J. Dangerous organizations: Facebook’s content moderation decisions and ethnic visibility in Myanmar. **Media, Culture & Society**, 43(6), 1017-1042, 2021.

STATISTA. **The 100 largest companies in the world by market capitalization in 2023**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/263264/top-companies-in-the-world-by-market-capitalization/>; Acesso em: 10 jan. 2025.

STECKLOW, S. Why Facebook Is Losing the War on Hate Speech in Myanmar. **Reuters**, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/investigates/special-report/myanmar-facebook-hate/>; Acesso em: 06 jan. 2024.

TÄHTINEN.T. When Facebook Is the Internet: The Role of Social Media in Ethnic Conflict. **World Development**, v. 180, 2024.

VEJA. Muçulmanos de Mianmar exigem R\$ 850 bi do Facebook por genocídio. **Veja**, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/muçulmanos-de-mianmar-exigem-r-850-bi-do-facebook-por-genocidio>; Acesso em: 15 fev. 2025.

YOUNG, H. et al. More a red than a harbinger of democracy: Myanmar’s experiments with media freedom and domestic media coverage of the Rohingya. **International Journal of Communication**, v. 17, pp. 1038-1060, 2023. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/19005>; Acesso em: 25 set. 2024.

WHITTEN-WOODRING, J. et al. Poison if you don’t know how to use it: Facebook, democracy, and human rights in Myanmar. **The International Journal of Press/Politics**, 25(3), pp. 407-425, 2020.